

---

## ERRATA Nº 01/2023

---

**Nº do Processo:** 004005-00854

**Licitação:** Pregão Eletrônico nº 0069/2023

**Área Técnica Responsável:** Gerência de Recursos Humanos

**Objeto:** Contratação de empresa para fornecimento de mão de obra temporária conforme disposto na legislação vigente.

Belo Horizonte, 04 de abril de 2023

A Comissão Permanente de Licitação, no desempenho de suas atribuições, comunica aos interessados as seguintes alterações:

- Retirada do item 7.13 Atendimento ao MANUAL DE SEGURANÇA E SAÚDE PARA TRABALHOS TEMPORARIOS., do Termo de Referência.
- Retirada do Anexo VII – MANUAL DE SEGURANÇA E SAÚDE PARA TRABALHO TEMPORÁRIOS.
- Para o item 19.1 do Termo de Referência:

**Onde se lê:**

*A Contratada deverá cumprir as exigências dispostas no Anexo - Manual de Segurança e Saúde no Trabalho para Trabalhos Temporários do Sesc em Minas, além de atender a todos os quesitos exigidos no e-social e demais legislações vigentes que regem especificamente esta modalidade de prestação de serviço.*

**Leia-se:**

*A Contratada deverá cumprir todos os quesitos de SST (Saúde e Segurança do Trabalho) exigidos no eSocial e demais legislações vigentes que regem esta modalidade de prestação de serviço.*

- Para os itens 5.1, 5.2, 5.3, 5.4, 5.5, 5.6, 5.7, 5.8, 5.9, 5.10 e 5.15 do Termo de Referência:
- **Onde se lê:**

5.1. A forma de pagamento devida pela Contratante à Contratada será conforme preenchimento do Anexo – Composição de Custos e detalhamento a seguir: Reembolso da Remuneração (Salários e Adicionais quando existentes, descritos em folha de pagamento) + Encargos (Grupo A) + Provisões e Encargos de Férias e 13º Salário (Grupo B) + Lucro.

5.2. A Lucro será incidente sobre o reembolso da remuneração (informados em folha de pagamento), dos encargos (Grupo A) e provisões e encargos de férias e 13º salário (Grupo B).

5.3. A forma de pagamento para as rescisões de contrato será conforme já mencionado acima, considerando o reembolso da remuneração, os encargos e a Lucro. Caso haja término antecipado do contrato de trabalho por iniciativa da empresa contratante, o valor referente a multa da GRRF (Multa FGTS) será reembolsado pela empresa contratante mediante comprovante de pagamento e inclusão em nota fiscal, não incidindo a Lucro.

5.4. Os tributos que serão pagos pela empresa contratada devem ser informados no grupo Encargos Fiscais (Proposta Licitante) e descritos em Nota fiscal quando do faturamento. O percentual referente aos tributos incidirá sobre o reembolso dos salários, encargos, provisões de férias e 13º salário, encargos sobre provisões de férias e 13º salário, Lucro e reembolsos de vale transporte, vale refeição/alimentação/lanche, ASO, exames complementares, PCMSO, PGR, GRO, diárias de viagem e multa de FGTS.

5.5. Caberá à Contratada providenciar o devido pagamento da remuneração dos empregados temporários, inclusive os eventuais adicionais de horas-extras (por ordem da contratante), adicional noturno trabalhados e adicionais de insalubridade e periculosidade etc. Esses valores serão inclusos em Nota Fiscal, inclusive com os encargos devidos, compondo a base de cálculo para pagamento da Lucro.

5.6. A empresa Contratante fará o reembolso à empresa Contratada, referente aos valores correspondentes ao Vale Alimentação/Refeição/Lanche, e Vale Transporte, mediante comprovante de pagamento. O reembolso corresponderá ao

*valor repassado ao empregado, deduzindo o desconto realizado em folha de pagamento referente a estas verbas, não incidindo a Lucro.*

*5.7. A empresa Contratante fará o reembolso à empresa Contratada, referente as despesas com ASO (Atestado Saúde Ocupacional), em conformidade com o PCMSO vigente no Sesc Minas, bem como os exames complementares correspondentes, através de Nota Fiscal, mediante comprovante de pagamento, não incidindo a Lucro.*

*5.8. Quando houver necessidade de viagem dos empregados temporários, as diárias de viagem serão reembolsadas através de Nota Fiscal à empresa Contratada, mediante comprovante de pagamento, não incidindo a Lucro.*

*5.9. Quando houver necessidade de elaboração de PCMSO pela contratada para funções não contempladas no PCMSO da contratante, o reembolso deve ser solicitado em Nota Fiscal, mediante comprovante de pagamento, não incidindo a Lucro.*

*5.10. Quando houver necessidade de elaboração de PGR e GRO pela contratada para funções não contempladas no PGR e GRO da contratante, o reembolso deve ser solicitado em Nota Fiscal, mediante comprovante de pagamento, não incidindo a Lucro.*

*5.15. A Contratada deverá discriminar todos os impostos devidos de acordo com a natureza tributária da empresa/serviços, que serão retidos pela Contratante na Nota Fiscal. Para os impostos pagos pela contratada discriminados no corpo da Nota Fiscal não caberá incidência do Lucro.*

**Leia-se:**

*5.1. A forma de pagamento devida pela Contratante à Contratada será conforme preenchimento do Anexo – Composição de Custos e detalhamento a seguir: Reembolso da Remuneração (Salários e Adicionais quando existentes, descritos em folha de pagamento) + Encargos (Grupo A) + Provisões e Encargos de Férias e 13º Salário (Grupo B) + **Agenciamento/Lucro.***

5.2. A **Taxa de Agenciamento/Lucro** será incidente sobre o reembolso da remuneração (informados em folha de pagamento), dos encargos (Grupo A) e provisões e encargos de férias e 13º salário (Grupo B).

5.3. A forma de pagamento para as rescisões de contrato será conforme já mencionado acima, considerando o reembolso da remuneração, os encargos e a Taxa de **agenciamento/Lucro**. Caso haja término antecipado do contrato de trabalho por iniciativa da empresa contratante, o valor referente a multa da GRRF (Multa FGTS) será reembolsado pela empresa contratante mediante comprovante de pagamento e inclusão em nota fiscal, não incidindo a **Taxa de agenciamento/Lucro**.

5.4. Os tributos que serão pagos pela empresa contratada devem ser informados no grupo Encargos Fiscais (Proposta Licitante) e descritos em Nota fiscal quando do faturamento. O percentual referente aos tributos incidirá sobre o reembolso dos salários, encargos, provisões de férias e 13º salário, encargos sobre provisões de férias e 13º salário, **Taxa de agenciamento/Lucro** e reembolsos de vale transporte, vale refeição/alimentação/lanche, ASO, exames complementares, PCMSO, PGR, GRO, diárias de viagem e multa de FGTS.

5.5. Caberá à Contratada providenciar o devido pagamento da remuneração dos empregados temporários, inclusive os eventuais adicionais de horas-extras (por ordem da contratante), adicional noturno trabalhados e adicionais de insalubridade e periculosidade etc. Esses valores serão inclusos em Nota Fiscal, inclusive com os encargos devidos, compondo a base de cálculo para pagamento da **Taxa de Agenciamento/Lucro**.

5.6. A empresa Contratante fará o reembolso à empresa Contratada, referente aos valores correspondentes ao Vale Alimentação/Refeição/Lanche, e Vale Transporte, mediante comprovante de pagamento. O reembolso corresponderá ao valor repassado ao empregado, deduzindo o desconto realizado em folha de pagamento referente a estas verbas, não incidindo a **Taxa de Agenciamento/Lucro**.

5.7. A empresa Contratante fará o reembolso à empresa Contratada, referente as despesas com ASO (Atestado Saúde Ocupacional), em conformidade com o PCMSO vigente no Sesc Minas, bem como os exames complementares correspondentes, através de Nota Fiscal, mediante comprovante de pagamento, não incidindo a **Taxa de Agenciamento/Lucro**.

5.8. Quando houver necessidade de viagem dos empregados temporários, as diárias de viagem serão reembolsadas através de Nota Fiscal à empresa Contratada, mediante comprovante de pagamento, não incidindo a **Taxa de Agenciamento/Lucro**.

5.9. Quando houver necessidade de elaboração de PCMSO pela contratada para funções não contempladas no PCMSO da contratante, o reembolso deve ser solicitado em Nota Fiscal, mediante comprovante de pagamento, não incidindo a **Taxa de agenciamento/Lucro**.

5.10. Quando houver necessidade de elaboração de PGR e GRO pela contratada para funções não contempladas no PGR e GRO da contratante, o reembolso deve ser solicitado em Nota Fiscal, mediante comprovante de pagamento, não incidindo a **Taxa de Agenciamento/Lucro**.

5.15. A Contratada deverá discriminar todos os impostos devidos de acordo com a natureza tributária da empresa/serviços, que serão retidos pela Contratante na Nota Fiscal. Para os impostos pagos pela contratada discriminados no corpo da Nota Fiscal não caberá incidência da **taxa de agenciamento/Lucro**.

As demais condições do Edital permanecem inalteradas.

Diante da alteração acima, considerando a possibilidade de afetar e ampliar a formulação das propostas, fica redesignada a data de abertura da sessão para o dia **20/04/2023 às 09:00h**.

**Daniela Cristina Alves de Faria da Silva**  
**Comissão Permanente de Licitação do Sesc em Minas**